BOLETIM CONTRICOM
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário

BOLETIM 198
Brasília, 31 de agosto 2016

Mazinho: a mudança do país começa com seu voto consciente

Nota do presidente da CONTRICOM, que publicamos na íntegra, analisa a situação do país e conclama o voto consciente dos trabalhadores nas eleições municipais

"Na condição de presidente da CONTRICOM – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário – e de vice-presidente da NCST - Nova Central Sindical dos Trabalhadores, sinto-me na obrigação de dirigir-me aos nossos trabalhadores e dirigentes sindicais de todo país para, mais uma vez, reafirmar a importância do processo eleitoral que está em curso e que culminará com a escolha dos futuros prefeitos e vereadores do Brasil.

Toda eleição tem seu significado, mas esta, especialmente, depois da crise política e ética que ainda vive o país, guarda uma importância ainda maior, pois nunca foi tão imperioso um profundo exame de consciência para que o nosso voto tenha de fato uma finalidade: o de mudar a nossa representação política, em todos os níveis, e, com isso, começar a mudar o nosso país.

Não tem sentido o Brasil ser considerado uma das democracias mais expressivas do mundo, pelo número de pleitos e de eleitores, enquanto continuamos convivendo com o caos na saúde pública, a falta de escolas e creches, a precariedade da segurança dos nossos cidadãos, a ausência de investimentos fundamentais para o desenvolvimento nacional e o emprego de nossos trabalhadores.

Há um contrassenso nisso, que podemos e devemos superar e a forma mais eficaz de fazê-lo é escolhendo bem os nossos representantes.

Em Brasília, recentemente, acompanhamos de perto todo o processo de discussão do impeachment do governo, quando pudemos verificar, novamente, a falta de legitimidade política e moral de grande parte dos membros do Congresso Nacional na discussão e deliberação de assuntos de interesse do povo brasileiro. Infelizmente, essa realidade não é diferente nos estados e municípios, nos quais ainda nos deparamos com o desrespeito aos cofres públicos e o desenfreado fisiologismo.

Vamos aproveitar esse momento em que o país está sendo passado a limpo para refletir sobre nosso voto, que não pode nem deve ser trocado por nada, a não ser pelo candidato que exercerá seu mandato com absoluto respeito ao interesse social.

É nesse sentido que fazemos um apelo a todos os trabalhadores para que, com a soberania de seu voto, comecem a mudar a realidade dos municípios brasileiros, como primeiro e indispensável passo para resgatar a legitimidade e o compromisso das estruturas superiores de nossas representações políticas e parlamentares com a população brasileira e o futuro do país."

Brasília, 30 de agosto de 2016
FRANCSICO CHAGAS COSTA
Presidente da CONTRICOM

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário
Endereço: SHCGN/CLN Quadra 710 Bloco H Loja 56 – Asa Norte – Brasília/DF CEP: 70.750-538
Fone: (61) 3037-3154 | Fax: (61) 3034-5128

BOLETIM CONTRICOM
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário

Número de acordos coletivos com salário reduzido quadruplica em 12 meses

PPE abriu porteira e os salários caíram em média 20% no primeiro semestre

Uma pesquisa realizada pela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), divulgada no último dia 11, apontou que o número de convenções coletivas de trabalho com redução nominal dos salários quadruplicou no 1º semestre deste ano comparado com o mesmo período do ano passado, chegando a 209 "acordos", frente aos 49 em 2015.

O estudo foi publicado pelo G1 e demonstra que as reduções salariais tiveram como base o "Programa de Proteção ao Emprego" (PPE), criado pela presidente afastada Dilma Rousseff e mantido por Temer, que permite às multinacionais reduzirem os salários e a jornada em até 30%, utilizando-se de recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Essa aberração foi criada por Dilma com o argumento de que seria um mecanismo para "assegurar os empregos", no entanto, o que vem ocorrendo é o oposto. Desde o início do ano, as multinacionais, principalmente do setor automotivo - principais beneficiadas do programa - reduzem os salários e direitos por um tempo e logo após demitem.

Ameaças - Segundo dados da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), em janeiro desde ano o setor tinha 114.174 empregados. Em julho o número caiu para 110.703. Ao mesmo tempo, seguem as ameaças: recentemente, a Mercedes, em São Bernardo do Campo, anunciou a intenção de demitir 2 mil trabalhadores, a Volks, também no ABC, afirma que tem um "excedente" de 3,6 mil, entre outras.

Além disso, outro dado apontado pela pesquisa da Fipe é que a maioria (63%) dos acordos feitos este ano não foi dentro dos termos do PPE, e sim diretamente entre empresa e trabalhadores. Ou seja, o PPE abriu a porteira permitindo que trabalhadores sejam ainda mais prejudicados, pois não têm sequer a reposição de parte do salário garantida pelo FAT. O resultado é que nesse 1º semestre a jornada e os salários caíram em média 20%.

Endividamento - A consequência dessa brusca redução salarial tem sido o endividamento cada vez maior das famílias. De acordo com levantamento realizado pela empresa Recovery, especializada em analisar créditos em atraso, no primeiro semestre deste ano, o desemprego e o atraso de salários foram a causa de 49% dos endividamentos dos consumidores. O caso dos atrasos de salários são especialmente alarmantes, passando de 3%, no primeiro semestre de 2015, para 26%, de janeiro a junho de 2016.

Os acordos com redução de salário aconteceram principalmente na indústria metalúrgica, com 122 no semestre, seguida pela indústria química, farmacêutica e de plásticos, com 19, e da construção civil, com 13, além de outros no setor de serviços.

A pesquisa mostrou também que mais de um terço das negociações salariais feitas em julho resultou em perdas, com reajustes abaixo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário
Endereço: SHCGN/CLN Quadra 710 Bloco H Loja 56 – Asa Norte – Brasília/DF CEP: 70.750-538
Fone: (61) 3037-3154 | Fax: (61) 3034-5128

BOLETIM CONTRICOM
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário

Presidente da Câmara reitera disposição de votar reforma da Previdência

Em reunião com líderes sindicais nesta terça-feira (30) ***(foto),*** para tratar da pauta trabalhista em tramitação na Câmara dos Deputados, o presidente Rodrigo Maia reforçou seu compromisso de votar a reforma da Previdência.

Maia reiterou a necessidade de o país reformar seu sistema previdenciário. Sem entrar em detalhes, ele alertou para a necessidade de se aumentar a base de contribuintes a partir da atração de trabalhadores de menor renda, especialmente os do setor rural, que respondem pela maior parte do deficit da Previdência.

Já lideranças de centrais sindicais que estiveram no encontro com o presidente pediram a aprovação de medidas para geração de empregos. Elas estão preocupadas com as reformas anunciadas pelo governo Temer.

O deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP), que também é presidente da Força Sindical e participou do encontro, afirmou que as centrais não aceitam uma reforma que implique em perdas de direitos dos trabalhadores e aposentados.

"Estamos dispostos a continuar a negociação com o governo, mas queremos também a oportunidade de, naqueles itens que nós não concordarmos, a Casa aqui estar à disposição para discutir com as centrais sindicais, com os sindicatos, com as federações e as confederações para que possam ser corrigidos", ressaltou.

Também se manifestaram no mesmo sentido os demais dirigentes sindicais presentes ao encontro: José Calixto Ramos, da Nova Central Sindical dos Trabalhadores; Ricardo Patah, da UGT; e Antonio Neto da CSB.

Reforma trabalhista - Durante o encontro, Rodrigo Maia declarou ainda que não pretende votar a reforma trabalhista em sua gestão à frente da Casa. O presidente sugeriu um debate sobre as atribuições da Justiça do Trabalho, que, segundo ele, estaria atuando de maneira desproporcional em casos envolvendo pequenos estabelecimentos.

“Há vários pequenos restaurantes fechando e gerando desemprego no meu estado do Rio de Janeiro, porque a justiça determina indenizações de R$ 500 mil para os garçons”, relatou. “Isso inviabiliza o pequeno negócio. Precisamos encontrar um caminho para a Justiça do Trabalho”, acrescentou.

Também participaram da reunião os deputados Roberto de Lucena (PV-SP), Ademir Camilo (PTN-MG) e Bebeto (PSB-BA).

Fonte: Comunicação CONTRICOM

BOLETIM CONTRICOM
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário

Bancos oferecem índice abaixo da inflação e bancários ameaçam parar

O Comando Nacional dos Bancários, que reúne sindicatos da categoria para a negociação salarial, repudiou a proposta de reajuste feita pelos bancos, que prevê 6,5% de reajuste, mais abono de R$ 3 mil. A proposta foi apresentada pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) em reunião na segunda-feira, 30, em São Paulo.

De acordo com a entidade, o reajuste proposto pelo setor financeiro representa apenas 68% da inflação prevista para o período de 9,57% de acordo com Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), o que resultaria em perda salarial.

Os bancários reivindicam uma reajuste de 14,78% sendo 5% de aumento real, Participação nos Lucros e Resultados (PLR), vale-refeição, R$ 40 ao dia, 13ª cesta e auxílio-creche, licença-paternidade de 20 dias e fim da desigualdade salarial entre homens e mulheres e melhoria nas condições de trabalho.

Os sindicatos ressaltam também que "o lucro dos cinco maiores bancos (Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Santander e Caixa) no primeiro semestre de 2016 chegou a R$ 29,7 bilhões, mas houve corte de 7.897 postos de trabalho nos primeiros sete meses do ano. Entre 2012 e 2015, mais de 34 mil empregos foram reduzidos pelos bancos.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Plano de desmonte da Petrobrás já atinge mais de 6 mil trabalhadores

O plano de desmonte da Petrobrás continua demitindo trabalhadores. Já são mais de seis mil adesões ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) da estatal, que inicialmente queria desligar 12 mil empregados.

O PDV, anunciado ainda em abril deste ano, faz parte do Plano de Negócios e Gestão que se enquadra dentro do plano de desinvestimento, idealizado na gestão de Graça Foster. Segundo informações da agência Reuters, o programa de cortes de pessoal está aberto a todos os empregados e já atinge 6100 trabalhadores.

Segundo Emanuel Cancella, secretário-geral do Sindicato dos Petroleiros (Sindipetro-RJ) e da Federação Nacional dos Petroleiros, o PDV só vale a pena para os funcionário que estão próximos da aposentadoria. "O aposentado já tem seus benefícios garantidos, mas quem está na estatal a pouco tempo terá uma pequena indenização. Além disso, com a atual situação econômica, não vejo o governo investindo em novos concursos para fortalecer a empresa", aponta o sindicalista.

Além do PDV, o plano de desinvestimento na Petrobrás caracteriza-se pela venda de ativos da empresa e a privatização de campos de petróleo, como foi o caso de Carcará, do pré-sal, vendido na calada da noite para a norueguesa Statoil, por uma preço 80% abaixo do seu valor.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário
Endereço: SHCGN/CLN Quadra 710 Bloco H Loja 56 – Asa Norte – Brasília/DF CEP: 70.750-538
Fone: (61) 3037-3154 | Fax: (61) 3034-5128

BOLETIM CONTRICOM
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário

Múlti francesa Michelin adquire empresa Levorin 100% nacional

A multinacional francesa Michelin anunciou, na sexta-feira (26/8), a compra da brasileira Levorin, empresa 100% nacional de fabricação de pneus para motos e bicicletas.

A Levorin faturou 135 milhões de euros, cerca de R$ 500 milhões em 2015, e emprega hoje 2.000 funcionários em suas duas unidades de produção, Guarulhos (SP) e Manaus (AM) ***(foto).***

A empresa produz mais de 20 milhões de pneus e consome mais de 40 mil toneladas de borracha por ano. É a única fábrica de pneus de bicicletas das Américas e líder no mercado nacional, estando também entre as mais importantes fornecedoras de pneus para motos.

A Levorin foi fundada em 1943, aproveitando o crescimento econômico nacional pós-guerra, com importantes iniciativas nas áreas de transporte, como a abertura de estradas e a criação da Fábrica Nacional de Motores por Getúlio Vargas.

A empresa é a única no mundo que faz pneus com a borracha natural da Amazônia, numa parceria com as comunidades ribeirinhas e os governos local, estadual e federal, incrementando o extrativismo sustentável da região.

O projeto faz parte da política de incentivo à agricultura familiar e beneficia cerca de duas mil famílias, além de gerar cinco mil empregos na atividade.

O grupo francês trata a compra "como parte de um duplo objetivo estratégico: consolidar

Lavorin: borracha natural da Amazônia

sua implantação no Brasil e reforçar o desenvolvimento mundial de sua linha de pneus de motocicletas e bicicletas", desempregando, monopolizando o comércio de pneus e enviando seus superlucros para a matriz.

De janeiro de 2011 ao primeiro trimestre deste ano de 2016, foram desnacionalizadas no governo Dilma/Temer 1.462 empresas brasileiras, segundo consultoria KPMG.

A aquisição da Levorin pelos franceses precisa ser aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão do Ministério da Justiça que diz "zelar pela livre concorrência no mercado" favorecendo monopólios e cartéis estrangeiros.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

BC: juro do cheque especial bate novo recorde no mês de julho

Em julho, a taxa média de juros do cartão de crédito ficou em 470,7% ao ano e a do cheque especial atingiu 318,4% ao ano, a maior em 22

BOLETIM CONTRICOM
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário

anos, segundo divulgou o Banco Central na quinta-feira (25/08).

Nesse patamar dos juros a oferta de crédito na economia, ao invés de ser um incentivo ao investimento e ao consumo, funciona ao contrário.

Segundo o BC, o crédito total do sistema financeiro, incluindo operações com recursos livres (definidos pelos bancos) e direcionados (definidos pelo governo), atingiu R$ 3.116 bilhões em julho, com retração de 0,4% no mês Entre os setores de atividade econômica, destacaram-se retrações mensais em comércio (-2%), outros serviços (-1,6%) e indústria de transformação (-0,7%).

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Câmara aprova projeto que renegocia dívidas dos estados; texto vai ao Senado

O plenário da Câmara rejeitou, por 258 votos a 90, emenda do deputado Afonso Florence (PT-BA) ao Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/16 que pretendia condicionar o cumprimento das condições do projeto por parte dos estados à aprovação, no Congresso, de uma proposta de emenda à Constituição que aumentasse em dois pontos percentuais o repasse da União ao Fundo de Participação dos Estados (FPE).

O PLP 257/16 estabelece limite de crescimento de despesas dos estados em troca de carência no pagamento das dívidas dos estados com a União e alongamento do prazo por mais 20 anos.

Fonte: Agência CÂMARA

Sindicalistas e deputados criticam extinção do MDA

Sindicatos de trabalhadores rurais e parlamentares criticaram a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Eles participaram de audiência da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados que discutiu a situação da agricultura familiar.

A pasta extinta foi fundida ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e passou a ter as atividades unificadas no novo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

Para o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Alberto Ercílio Broch, a reforma ministerial é um recuo para a agricultura familiar.

O deputado Zé Silva (SD-MG) criticou a medida, argumentando que a agricultura familiar não pode ser enquadrada na área social. Ele explicou que 55% dos produtos de pequenos produtores têm impacto no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O assessor do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, Caio Rocha, por sua vez, afirmou que a criação da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, vinculada à Casa Civil, ao contrário do que preveem os participantes do debate, pode favorecer a reestruturação do setor.

Fonte: Agência CÂMARA

BOLETIM DA CONTRICOM
Presidente da CONTRICOM
Francisco Chagas Costa – Mazinho
Secretário para Assuntos de Comunicação
Luis Carneiro Rocha
Redação e Edição
Instituto Dois Candangos (DF)

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário
Endereço: SHCGN/CLN Quadra 710 Bloco H Loja 56 – Asa Norte – Brasília/DF CEP: 70.750-538
Fone: (61) 3037-3154 | Fax: (61) 3034-5128